



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
Campus Porto Nacional
Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia**

TIELE LOPES BARBOSA

PROFISSIONAIS DE APOIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Discussões da função do profissional de apoio na educação infantil com a inclusão
de alunos com Transtorno do Espectro Autista

Porto Nacional - TO

2025

TIELE LOPES BARBOSA

PROFISSIONAIS DE APOIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Discussões da função do profissional de apoio na educação infantil com a inclusão
de alunos com Trastorno do Espectro Autista

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de licenciada do Curso de
Licenciatura em Pedagogia, do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Tocantins – IFTO, Campus Porto Nacional
- TO.

Orientador: Prof. Me. Paulo César de Sousa
Patrício.

Porto Nacional - TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

B238p

Barbosa, Tiele Lopes.

Profissionais de apoio na educação infantil: discussões da função do profissional de apoio na educação infantil com a inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista / Tiele Lopes Barbosa. - Porto Nacional, TO: 2025.

P. 38

Orientador: Prof. Me. Paulo César de Sousa Patrício

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins IFTO, Porto Nacional, TO, 2025.

1. Alunos com TEA, Educação infantil, Educação profissional. I. Patrício, Paulo César de Sousa. II. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento

É autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

TIELE LOPES BARBOSA

PROFISSIONAIS DE APOIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Discussões da função do profissional de apoio na educação infantil com a
inclusão de alunos com Trastorno do Espectro Autista

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de licenciada do Curso
de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto
Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins – IFTO, Campus
Porto Nacional - TO.

Orientador: Prof. Me. Paulo César de
Sousa Patrício.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Me Paulo César de Sousa Patrício
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Profº. Dr. Albano Dias Pereira Filho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Profª Me. Lilissanne Marcelly de Sousa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Maria de Lurdes e José Lopes, que sempre me apoiaram e incentivaram a buscar o melhor, e à minha amiga Karen, cuja amizade e presença constante foram fundamentais em minha caminhada. Dedico também ao meu amado esposo, Paulo Henrique, por ser meu porto seguro e por acreditar em mim mesmo nos momentos mais desafiadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao meu orientador, Profº. Me Paulo César de Sousa Patrício, por sua dedicação, paciência e orientações valiosas durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua expertise e disponibilidade foram fundamentais para que este projeto se tornasse realidade.

Agradeço também ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, por proporcionar um ambiente acadêmico acolhedor e desafiador, que me permitiu crescer pessoal e profissionalmente.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, expresso minha gratidão.

“A inclusão se concretiza quando respeitamos as diferenças e valorizamos cada indivíduo em sua singularidade, promovendo uma educação acolhedora e transformadora.”

– Maria Teresa Eglér Mantoan

RESUMO

A presente pesquisa aborda a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil, destacando o papel dos profissionais de apoio nesse processo. Foi norteadada pelo seguinte questionamento: Qual é a função do profissional de apoio na educação infantil para estudantes com TEA? Como objetivo geral, buscou-se discutir a função dos profissionais de apoio na educação infantil no contexto da inclusão de crianças com TEA. Os objetivos específicos foram: (i) gerar conhecimentos sobre a educação inclusiva para o atendimento de alunos autistas na educação infantil; (ii) contribuir para a atuação do profissional de apoio por meio de reflexões fundamentadas em pesquisas bibliográficas; (iii) analisar a percepção desses profissionais quanto às necessidades educacionais dos alunos com TEA. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, com análise de conteúdo e consulta a legislações pertinentes. Como principal resultado, destacou-se o papel indispensável do profissional de apoio na mediação entre os alunos, o ambiente escolar e o processo de aprendizagem, apesar de desafios como a falta de formação continuada e recursos adequados. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas efetivas e ações integradas para garantir uma inclusão educacional plena e equitativa.

Palavras-chave: Alunos com TEA. Educação infantil. Profissional de apoio.

ABSTRACT

This research addresses the inclusion of children with autism spectrum disorder (ASD) in early childhood education, highlighting the role of support professionals in this process. It was guided by the question: What is the role of support professionals in early childhood education for autistic students? The general objective was to discuss the role of support professionals in early childhood education in the context of the inclusion of children with ASD. The specific objectives were: (i) to generate knowledge about inclusive education for the care of autistic students in early childhood education; (ii) to contribute to the performance of support professionals through reflections based on bibliographic research; (iii) to analyze the perception of these professionals regarding the educational needs of students with ASD. The methodology adopted consisted of bibliographic and qualitative research, with content analysis and consultation of relevant legislation. As the main result, the indispensable role of support professionals in mediating between students, the school environment, and the learning process was highlighted, despite challenges such as the lack of continuous training and adequate resources. The research reinforces the importance of effective public policies and integrated actions to ensure full and equitable educational inclusion.

Keywords: Students with ASD. Early childhood education. Support professionals.

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 - Trabalhos Selecionados da Base de Dados Google Acadêmico	27
Tabela 2 - Trabalhos Selecionados da Base de Dados SciELO	27
Tabela 3 - Fontes Normativas - Sites Oficiais do Governo Federal	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

SRM - Sala de Recursos Multifuncionais

TEA - Transtorno do Espectro Autista

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

UBS - Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Transtorno do 15	
2.2 Inclusão da criança autista na educação	17
2.3 Profissional de apoio.	19
2.4 Função do profissional de apoio	21
3 METODOLOGIA	23
3.1 Materiais e Métodos	23
3.1.1 Pesquisa Bibliográfica	23
3.1.2 Pesquisa Qualitativa	23
3.1.3 Coleta de Dados	24
3.1.4 Análise de Dados	24
3.1.5 Universo da Pesquisa	24
4 Analise de Resultados e Discussoes	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6 REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Observando o cenário atual que as escolas enfrentam com os desafios no acompanhamento dos alunos autistas para ter um auxílio mais efetivo na educação infantil. Compreende-se que o papel de atender alunos com especificidades na educação infantil, no decorrer dos anos vem crescendo, uma grande quantidade de alunos com transtorno do espectro autista – TEA.

Que é definido como uma síndrome comportamental, que por reconhecimento de suas necessidades comprometer o desenvolvimento da comunicação, linguagem e a interação social da criança, dificultando a sua cognição, sendo assim, Kanner diz que o quadro do autismo como “ Autismo infantil Precoce”, devido a dificuldade da relação com o contato com os outros indivíduos, suas alterações na fala impedia a comunicação interpessoal, e o desejo acentuando por objetos e coisas (Orrú, 2007).

Ressalta-se que a inclusão é essencial e como um direito, para a igualdade e na educação dos alunos com TEA, por uma busca de qualidade de ensino, que contribui para o desenvolvimento do aluno e ingressá-lo na sociedade. Apesar de que esse é um processo de desafio para os alunos que possuem o autismo na educação infantil, pois é onde a criança começará todo o seu desempenho escolar que precisará de um acompanhamento adequado.

Percebe-se a importância de ter um profissional de apoio para auxiliar no desenvolvimento de alunos com TEA na educação infantil, porém, ainda os pais e a sociedade tem se encontrado certos receios sobre o preparo do profissional de apoio ao auxiliarem um aluno com Trastorno do Espectro Autista. Sendo assim, surge a questão norteadora, qual é a função do profissional de apoio na educação infantil para os estudantes do Espectro autismo? Levando em pressuposição a função do profissional deve ser de acompanhar e auxiliar o aluno com autismo nas atividades escolares, sem interferir na aprendizagem.

Esta pesquisa tem como objetivo geral, discutir a função do profissional de apoio para crianças com TEA na educação infantil. Foram elevados objetivos específicos que é: (i) Gerar conhecimentos na área da educação inclusiva no tange para o atendimento aos alunos autistas na educação infantil; (ii) Contribuir com a atuação do profissional de apoio a partir das reflexões por meio de pesquisas

bibliográficas; (ii) Analisar a percepção dos profissionais quanto às necessidades educacionais dos alunos com TEA.

A motivação desse tema, surgiu durante a prática como estagiária em sala de aula, que o curso de licenciatura em pedagogia proporciona para os alunos que estão em formação, que é o estágio supervisionado, e durante essa experiência na educação infantil no I período, observei a interação de uma auxiliar com uma criança do espectro autista, da chegada do aluno até o final da aula, fiquei surpresa e indignada ao perceber a falta de suporte adequado e a falta de acolhimento ao recebê-lo, e a ausência de auxílio durante as atividades, e fiquei analisando a forma de como a criança deve ter acesso ao ensino, e a maneira de, que o profissional de apoio estava despreparado para acolher o aluno e a falta de suporte durante as atividades educacionais.

Entende-se que, a partir dos estudos que foram feitos, os resultados podem contribuir com o desenvolvimento da criança com espectro autista e amparar o profissional de apoio na educação com um olhar mais claro e que facilite o ensino de aprendizagem de forma mais objetiva para o aluno.

Esse trabalho foi estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução que será apresentado o tema, e em seguida o referencial teórico que vai aprofundar um pouco mais nos conceitos e definições de subtópicos do tema abordado. No terceiro capítulo observaremos todo o contexto da metodologia dos estudos que serão realizados, e no quarto capítulo, os resultados finais e discussões sobre o profissional de apoio na educação infantil com crianças autistas. Sendo realizado as considerações finais da pesquisa no quinto capítulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Revisão de literatura, vai exercer um papel indispensável na pesquisa, que vai permitir aprofundar na funções do profissionais de apoio na educação infantil com alunos autistas, compreendendo que é, através de pesquisas levantadas, teorias, e com uma análise crítica de estudos e de outras fontes relevantes que têm relações estabelecidas com a função do profissional de apoio, para se obter um conhecimento mais amplo, com uma base mais constante de forma clara.

É reforçando esta ideia por Moreira (2004, p. 21), ao ponderar que “neste cenário informacional, as revisões de literatura por seu aspecto sumarizador assumem importante função orgânica, juntamente com os índices e bibliografias especializadas”.

Foi se iniciando um levantamento bibliográfico a partir das legislações, para ter um embasamento nas práticas do profissional de apoio, com a inclusão de garantir o direito da educação. Para esta pesquisa, serão tratados os estudos da legislação brasileira com ênfase na formação e prática de profissionais que atuam na educação especial na perspectiva inclusiva, e no decorrer da pesquisa, encontraremos algumas leis e citações relacionadas ao tema desta pesquisa, e abordaremos sobre alguns teóricos.

2.1 Transtorno do espectro do autismo

O Transtorno do Espectro Autista é visto pela sociedade como uma doença que não tem cura, pois faltam ainda, muitas informações a serem esclarecida para a comunidade. Compreendendo que o autismo é um transtorno neurobiológico, que afetar o comportamento e a interação e o cognitivismo da criança, e mesmo que saibam identificar alguns aspectos do autismo, não sabem como lidar com o TEA, quando está em crise e nem como deve ser ajudada da maneira correta, visto pela própria sociedade a falta de apoio necessário.

Martins e Silva (2019) argumentam que, embora o autismo seja uma condição conhecida, a ausência de informações claras e acessíveis dificulta a compreensão adequada para a população, o que gera preconceito e exclusão social com essas crianças que possuem autismo. Além disso, o entendimento superficial do autismo como uma "doença" perpetua os estigmas e dificulta o desenvolvimento de políticas de inclusão mais eficazes.

Almeida (2015) defende que a compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem avançado significativamente ao longo dos anos. Atualmente, entende-se que o TEA não é causado por fatores psicológicos, mas por uma combinação de fatores genéticos e neurológicos que influenciam o desenvolvimento cerebral.

Durante muitos anos foi visto como uma doença incurável, que começavam aparecer as características, Oliveira (2015), e por não ter um diagnóstico precoce e tratamento específico, a criança permanecia com a comunicação atrasada, com falta de compressão no convívio social, regras a não serem seguidas, afetado o desenvolvimento da criança e a sua interação com o mundo ao seu redor.

Por isso é imprescindível que a crianças com TEA, tenha um acompanhamento adequado para alcançar a sua autonomia e ser respeitada pela população. Tendo suas limitações e habilidades interpretadas por todos, isso é ser inclusão. Sendo assim, o Trastorno do Espectro Autista afeta toda a vida de uma criança com essa especificidade, que vai rotulá-la de maneira geral, com base nas suas ações que vai contribuir para exclusão social (Oliveira 2015).

Observando-se que é notável que grande parte das famílias que possui crianças com especificidades, ainda não conhece os direitos e recursos que possam atender as necessidades de uma criança autista, se tratada não somente de saúde e educação, mas sim de um acompanhamento com terapêuticos especializado, pois são, direitos que na maioria das vezes são encontradas dificuldades para se alcançados pelas famílias. Pois é, essa falta de apoio que não é somente capaz de ajudar, mais de como também promover o desenvolvimento da criança de forma íntegra.

Com a falta de acesso a essas informações das leis do Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e a lei do regulamenta 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que consolida as normas de proteção, e dá outras providências, que vai estabelecer a igualdade e relações sociais, como por exemplo, saúde, educação, transportes e vivências com outras crianças.

Silva (2019) destaca que a falta de acesso claro às legislações e políticas públicas, como o Decreto nº 3.298/1999 e a Lei nº 7.853/1989, compromete a garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito à igualdade de oportunidades na saúde, educação e convivência social. A

implementação efetiva dessas leis é essencial para promover a inclusão e construir uma sociedade mais justa e acessível, com atenção especial às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Além disso, o autor reforça a importância de que essas leis sejam corretamente aplicadas e divulgadas para que famílias e sociedade tenham acesso às informações necessárias, assegurando a igualdade de forma ampla e respeitável.

Com isso Ismael Matos em sua dissertação: núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (napne) no IFTO, argumenta que a educação precisar ir em buscar de novos métodos e estratégias para a inclusão de indivíduos com especificidades, para que promovam a inclusão numa sociedade de desigualdade, contribuindo para uma sociedade de igualdade e justa, tendo acesso aos seus direitos, como educação, saúde e um acompanhamento adequada, para que o aluno se desenvolver e tenha a liberdade de conviver numa comunidade.

2.2 Inclusão da criança autista na educação

A inclusão exige uma mudança no sistema educativo nas escolas, já que não se limita somente aos alunos com deficiência e problemas de aprendizagem, mas inclui todos os alunos para que todos sejam incluídos no processo educativo geral.

Sendo uma demanda de estratégias e adaptações que precisa do apoio de toda colaboração da equipe pedagógica, para que o aluno com TEA gere resultados Mantoan (2003 p.19). Ainda serão discutidos no texto alguns teóricos que irão servir como base para a continuidade desse estudo, que se refere à inclusão de estudantes com autismo na escola, utilizará do estudo algumas leis que garantam esse ensino para criançasque possuem autismo.

Mais tendo conhecimento que é a escola que vai incluir a criança com TEA, na sala de aula, encarregando que o aluno promova uma interação social e um acesso ao conhecimento, com um espaço adaptado com pelo menos uma SRM 'Sala de recursos múltiplos', atendendo a necessidade do aluno para aprender e se desenvolver. Conhecendo a lei que garante a matrícula de crianças com TEA que é, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Embora temos essa lei que assegura que a criança está dentro da escola para aprender, a escola também tem que ter uma visão aberta, sabendo que precisa preparar um ambiente acessível para o aluno e ter estratégias e métodos pedagógicos

que consiga atender o aluno do espectro autista. "Apesar de ser um transtorno que afeta cerca de 1 em cada 68 crianças, o autismo ainda é mal compreendido, o que dificulta o diagnóstico precoce e a implementação de estratégias de intervenção adequadas." (Lima, 2019).

Contudo temos a (Lei nº 13.146/2015), que também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que garante o direito da matrícula em escolas regulares e o acesso a uma educação inclusiva para crianças com autismo. A propósito que é a legislação que garante o acompanhamento do profissional de apoio para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo no Brasil que é a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que falar sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e garante o direito à assistência e ao apoio para essas crianças.

Compreendendo que o processo da inclusão desses alunos com autismo em escolas, passaram por grandes dificuldades já experimentadas e vivenciadas, por alguns estudantes. Pois ainda é uma educação que é avaliada e analisada com estruturas e possibilidades para atender da melhor forma alunos com especificidades, tendo como claridade uma formulação no currículo, que seja eficaz e que gerem inovação de métodos. (Faria Filho, 2013, p. 12)

Ainda assim, a escola é indispensável na vida de uma criança, pois além de ser necessário é um direito do aluno com deficiência. Mantoan (2015, p. 52) afirma que:

"o respeito à diversidade e a garantia de acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições, exigem uma transformação profunda na escola e na sociedade, rompendo com os paradigmas da exclusão e promovendo uma educação para as diferenças"

De fato, tem que ser um trabalho coletivo de toda equipe escolar, pois vai além de esforços afetivos e coletivos. É um trabalho que faz diferença na vida de um aluno e na organização, pois é notável que independente dos desafios o ensino ter que ir sempre em busca de uma inovação para uma educação de diferenças e diversidades, que seja de maneira respeitosa e valorizada, ou seja, a educação precisa ser transformadora.

Na visão de Vygotsky, "A função do professor e da equipe pedagógica é criar condições para que a criança, por meio da interação social e com o apoio de pessoas mais experientes, desenvolva suas capacidades cognitivas e sociais, indo além do que é possível alcançar sozinha." (Vygotsky, 1998, p. 96).

Para que haja igualdade na educação, Sassaki (2005) destaca seis tipos de acessibilidade que devem ser garantidos às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas acessibilidades incluem a arquitetônica, que elimina barreiras físicas; a comunicacional, que promove uma comunicação sem barreiras entre pessoas; a metodológica, que adapta métodos e técnicas de ensino, lazer e trabalho; a instrumental, que garante acesso a instrumentos e ferramentas necessários; a programática, que remove barreiras presentes em políticas públicas, legislações e normas; e a atitudinal, que combate preconceitos, estereótipos e discriminações sociais.

Com isso Sassaki (2005) fala que é necessário quebrar as barreiras que são levantadas na educação, ainda mais, quando se falar de uma educação inclusiva, onde a criança tem que ser incluída independentemente das suas deficiências ou dificuldades, tendo acesso a um ambiente acessível e que atenda às suas necessidades na educação, ou seja que a igualdade seja garantida.

Porém, para Schreiber (2012, p. 91)

O profissional de apoio, na sua origem, não é proposto com o intuito de auxiliar o professor regente da classe comum. Entretanto, compreende-se que a sua existência contribui para a organização do trabalho docente com os alunos da modalidade Educação Especial, já que as funções delegadas a esse profissional envolvem o ensino de elementos importantes para o desenvolvimento pessoal e acadêmico desses sujeitos.

Ainda assim temos a legislação brasileira com ênfase na formação e prática de profissionais que atuam na Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, é o Decreto Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Encontrando-se também a lei das diretrizes que tem como objetivo e função de organizar os serviços e garantir que as crianças e a família tenham acesso ao atendimento especializado e tendo o suporte pedagógico para facilitar o auxílio para o estudante do espectro autista que é a Resolução CNE/CEB Nº4, 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

2.3 Profissional de apoio

O profissional de apoio exerce um papel fundamental dentro da educação, auxiliando alunos com especificidades, atendendo às suas necessidades especiais, juntamente com o professor regente para alcançar um resultado agradável, no qual os alunos aprendam de acordo com as suas limitações. Além do profissional de apoio ajudar o aluno a desenvolver suas habilidades cognitivas e entre outros, assegura que a Lei nº. 12.764/12 que traz a figura do acompanhante especializado como um direito da pessoa com transtorno do espectro autista.

Nesse sentido, qualquer tentativa de interpretação restritiva das expressões contra a necessidade do profissional de apoio merece ser repensada, pois é um alerta que garante esses direitos para esses alunos com TEA, tanto para as escolas públicas como as privadas, embora muitas escolas não possuam um auxiliar.

A Lei de Diretrizes e Base na Educação (LDB) enfatiza que o atendimento educacional especializado, acompanhado de recursos pedagógicos adequados, deve ser garantido às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, de modo a atender de forma efetiva às suas necessidades de aprendizagem.

As leis referem-se à necessidade de ter o profissional de apoio acompanhando sempre o aluno. Garantindo sempre esse apoio especializado que a lei oferecer o parecer CNE/CEB nº 17/2001 para que o profissional de apoio atender todas as necessidades do aluno de forma eficaz, sabendo que, não se ensinar apenas estando ao lado, mais é necessário que o profissional de apoio tenha a base da educação, ainda mais quando se tratar da inclusão e igualdade dentro do ambiente escolar.

Certamente a LDB vai estabelecer a Lei nº 9.394/1996, (Brasil, 1996), que especifica que o profissional de apoio vai atender não somente ajudando, mais como um professor facilitando, auxiliar e que é, necessário uma formação específica para poder conseguir apoiar esses alunos com especificidades, gerando resultado da aprendizagem da criança, onde será refletido o trabalho do profissional de apoio e não do professor em si. Ou seja, tem que ser uma formação continuada, sempre se reinventando. Com essa perspectiva, a legislação da LDB (Brasil, 1996), estabelece que é indispensável a formação especializada para atender as especificidades dos alunos de maneira apropriada.

Destaca-se o papel fundamental do profissional de apoio e do auxílio pedagógico qualificado para acompanhar o desempenho integral dos alunos com

Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse suporte é essencial para garantir uma intervenção pedagógica eficaz, orientando tanto o profissional de apoio quanto o professor regente na atuação dentro da sala de aula.

Essa colaboração incentiva os docentes e os profissionais de apoio a buscar novos métodos de ensino que permitam aos alunos assimilar o conteúdo e transmitir o que foi aprendido. O progresso da criança é avaliado pelo professor, com base nas habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil, como Linguagem Oral, Escutar e Falar, Corpo e Movimento, entre outras. Esses campos de experiências devem fazer parte das vivências dos alunos, tendo a possibilidade de serem adaptados de acordo com a necessidade da criança que possui autismo, garantindo seu desenvolvimento integral e ativo no processo de ensino.

Considerando que, com o auxílio do profissional de apoio, promover com facilidade para inclusão e interação social, e ainda sim, Kanner (1949) diz que o quadro do autismo como “Autismo infantil Precoces”, devido a dificuldade da relação com o contato com os outros indivíduos, suas alterações na fala impedia a comunicação interpessoal, e o desejo acentuando por objetos e coisas (Orrú, 2007). Por esse motivo, o profissional de apoio tem que ter consciência que irá enfrentar vários desafios, ainda sim querendo fazer parte desse processo de ensino da criança.

2.4 Função do profissional de apoio

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, garante essa proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA). Essa legislação reconhece o direito ao acompanhamento do profissional de apoio, cuja função principal é oferecer suporte individualizado aos alunos com TEA, facilitando sua integração nas atividades escolares. Além disso, o profissional de apoio é responsável por auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, motoras e sociais, promovendo uma aprendizagem adaptada às suas necessidades específicas.

Ainda temos a Lei nº 13.146/2015, chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, também reforça a necessidade de inclusão escolar, garantindo o acesso à educação em ambientes regulares e adaptados. Nessa perspectiva, o profissional

de apoio atua como um mediador entre o aluno e o processo de ensino-aprendizagem, auxiliando nas tarefas diárias, nas interações com colegas e no uso de recursos pedagógicos específicos. Sua presença é indispensável para assegurar a igualdade de oportunidades e para que o aluno com deficiência tenha suas potencialidades exploradas ao máximo.

Ao que é visto atualmente, a educação vem se desenvolvendo cada dia mais para atender alunos com especificidades e preparando melhor o auxiliar para contribuir na formação prática, com estratégias adotadas, métodos, e sem falar do lúdico que é necessário para alcançar a atenção do aluno autista, e com isso o profissional de apoio tem que está sempre inovando e tem que querer atuar nessa área, pois é bem claro que é um ensino com muitas barreiras que ainda precisar serem quebradas.

Nesse sentido para Santos existem um campo de diferentes PCD e em diferentes realidades que estão inseridos, para que o profissional de apoio possa alcançar as necessidades desses alunos, de maneira que favoreça a inclusão social e a aprendizagem, proporcionada pelos recursos pedagógicos, permitindo a interação com os colegas, e com o auxílio do profissional de apoio poder amenizar o querer e a vontade das crianças fazendo com que sintam inclusa e confortável. (Santos, 2020, p. 45).

A partir disso é deplorável que a sala de aula esteja sujeita a encontrar diversas situações, que possam despertar em uma criança do espectro autista para se socializar e interagir com as coisas ao seu redor, e como também pode gerar uma inquietação e desconforto. Ou seja, a sala é um lugar de estimular e um desafio para uma criança com autismo, da mesma forma é necessário que a criança com especificidade esteja nesse ambiente, e que passe por cada etapa para desenvolver as suas habilidades cognitivas.

Contudo, ainda é necessário afirmar a importância de ter um profissional de apoio que acompanhe o aluno, para que a criança se sinta confortável com a presença do auxiliar, para se aproximar de forma confiante, aos seus colegas, fornecendo também na interação com o conteúdo escolar.

Sendo assim, Almeida, (2022, p 53-66), trás essa afirmação do papel do profissional de apoio, na participação da aprendizagem do aluno.

"O profissional de apoio é uma peça-chave para garantir que as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham

acesso a um ambiente educacional inclusivo e adaptado às suas necessidades. Sua atuação envolve desde o auxílio no processo de aprendizagem até o apoio social e emocional, facilitando a integração do aluno com seus colegas e com o conteúdo pedagógico."

Dessa forma, o profissional de apoio engloba todo auxílio no desempenho da criança tanto na educação como no suporte social e emocional."O profissional de apoio tem um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e motor de crianças com TEA, oferecendo suporte nas atividades de ensino, bem como promovendo práticas que favoreçam a autonomia, a expressão e o aprendizado individualizado" (Pereira, 2019, p. 112). Pois esse profissional de apoio tem que ter um objetivo de promover capacidade de decisão e confiança, para que o estudante se desenvolva de uma forma mais facilitadora, mas que contenham resultados de desenvolvimento, adaptados de acordo com as suas necessidades.

3 METODOLOGIA

3.1 Materiais e Métodos

De acordo com Minayo (2014, p. 46), a metodologia é “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indicando as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetos de estudo”. Nesse contexto, Cervo e Bervian (2002) reforçam que a metodologia científica deve ser estruturada para garantir clareza e objetividade, enquanto Lakatos e Marconi (2010) destacam a necessidade de planejamento detalhado para alcançar os objetivos da pesquisa.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, aplicada e de abordagem qualitativa, com o objetivo de explorar as funções do profissional de apoio na educação infantil, especialmente no acompanhamento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consiste na análise de materiais já publicados, como artigos científicos, dissertações, teses, livros teóricos, leis e decretos. Segundo Gil (2008), essa modalidade permite construir uma base teórica sólida, enquanto Vergara (2006) ressalta sua importância na contextualização e fundamentação das discussões. Neste estudo, foram analisados 52 trabalhos, dos quais 34 foram utilizados, assim distribuídos:

19 referências diretamente relacionadas à temática do autismo, educação inclusiva e o papel do profissional de apoio; 9 referências sobre metodologia científica, que fundamentam os métodos empregados no estudo; 6 referências sobre legislações brasileiras relacionadas à inclusão e acessibilidade.

A pesquisa incluiu, além de publicações científicas, consulta direta a legislações nos sites oficiais do governo federal, como Planalto e MEC, para garantir informações atualizadas e confiáveis.

3.1.2 Pesquisa Qualitativa

A abordagem qualitativa foi escolhida por sua capacidade de interpretar

fenômenos complexos, centrando-se nas experiências, percepções e significados (MINAYO, 2014). Flick (2009) enfatiza que a pesquisa qualitativa é indispensável para explorar contextos sociais dinâmicos, como a inclusão escolar. Richardson et al. (1999) destacam que esse método é adequado para análises detalhadas de interações e práticas educativas, permitindo captar as nuances da atuação dos profissionais de apoio.

3.1.3 Coleta de Dados

Os dados foram coletados em plataformas acadêmicas e fontes normativas. A pesquisa seguiu as seguintes etapas:

Plataformas Acadêmicas: Foram utilizados Google Acadêmico e SciELO, com palavras-chave como "profissional de apoio na escola", "inclusão de crianças autistas na educação infantil" e "educação inclusiva". Foram localizados 30 artigos no Google Acadêmico, dos quais 17 foram selecionados, e 22 artigos no SciELO, dos quais 12 foram aproveitados.

Legislação Brasileira: Foram pesquisadas leis, decretos e resoluções nos sites oficiais do Planalto e do MEC, garantindo que as informações normativas fossem atualizadas e aplicáveis ao tema da pesquisa.

3.1.4 Análise de Dados

Os dados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que permite identificar categorias e padrões nos textos revisados. Miles e Huberman (2014) sugerem que a organização dos dados em categorias facilita a interpretação e destaca elementos essenciais para responder aos objetivos do estudo. Neste trabalho, a análise seguiu os critérios: Relevância do material para o tema; Conexão com as questões da pesquisa e Qualidade teórica e metodológica das publicações.

Os resultados foram organizados em tabelas descritivas para facilitar a comparação e a visualização das contribuições.

3.2 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa compreendeu duas vertentes principais:

Bases Acadêmicas: Google Acadêmico: Plataforma gratuita que indexa textos acadêmicos em diversas áreas, e SciELO: Base de dados científica que reúne publicações de países da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal.

Fontes Normativas: Sites Oficiais do Governo Federal: Incluindo Planalto e MEC, para consulta de legislações e diretrizes normativas sobre inclusão e acessibilidade.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2010), delimitar o universo da pesquisa é essencial para garantir a relevância dos dados. No total, foram pesquisados 52 trabalhos, dos quais 34 foram selecionados por sua pertinência, qualidade e conexão com os objetivos do estudo. Os resultados serão apresentados em tabelas e discutidos no capítulo de análise.

4 ANÁLISE DE RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa destacam a relevância do profissional de apoio na educação infantil como uma figura essencial para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse profissional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças, auxiliando-as na interação com os colegas, no acesso aos conteúdos pedagógicos e na promoção de sua independência. Além disso, sua atuação facilita a adaptação nas atividades escolares, contribuindo para um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz.

Apesar da importância atribuída a esses profissionais, a pesquisa identificou desafios significativos. Entre eles, destacam-se lacunas na formação e capacitação dos profissionais para lidar com as especificidades do TEA, bem como a insuficiência de infraestrutura escolar. A ausência de salas de recursos multifuncionais (SRM) e de materiais pedagógicos adaptados dificulta a implementação de práticas inclusivas.

No contexto das políticas públicas, as legislações brasileiras, como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015, asseguram o direito à inclusão e à assistência especializada para pessoas com TEA. No entanto, a aplicação prática dessas políticas ainda enfrenta desafios devido à falta de divulgação e capacitação das equipes escolares. A efetivação dessas políticas depende de ações coordenadas e da mobilização de recursos adequados.

A inclusão escolar das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo têm mostrado avanços, com um aumento no número de matrículas em instituições de ensino. Contudo, a inclusão vai além do simples acesso à escola, exigindo práticas pedagógicas personalizadas e um ambiente acolhedor. Para isso, é essencial investir na preparação dos profissionais de apoio e na adaptação do ambiente escolar para as necessidades dos alunos.

As experiências relatadas pelos participantes da pesquisa evidenciam que, embora a inclusão seja um direito garantido por lei, sua prática enfrenta barreiras significativas. A falta de preparo e suporte adequado tanto para os profissionais quanto para as famílias compromete a efetividade desse processo. Dessa forma, a inclusão demanda ações integradas entre escolas, profissionais e famílias, fortalecendo a

formação continuada e a infraestrutura escolar.

Os dados obtidos na pesquisa estão organizados em tabelas descritivas, conforme detalhado na metodologia. Essas tabelas apresentam as informações coletadas nas bases de dados acadêmicas e normativas, destacando os principais achados sobre o papel do profissional de apoio e as condições de inclusão de crianças autistas na educação infantil.

Foram utilizadas plataformas Acadêmicas como, Google Acadêmico e SciELO, com palavras-chave como "profissional de apoio na escola", "inclusão de crianças autistas na educação infantil" e "educação inclusiva". Foram localizados 30 artigos no Google Acadêmico, dos quais 17 foram selecionados, e 22 artigos no SciELO, dos quais 12 foram aproveitados. Contudo foram realizadas pesquisas de leis, decretos e resoluções nos sites oficiais do Planalto e do MEC. As tabelas abaixo serão discutidas para aprofundar a interpretação dos dados e propor possíveis soluções para os desafios identificados.

Tabela 1 - Trabalhos Selecionados da Base de Dados Google Acadêmico

Nº	Título	Autores	Ano	Objetivo	Principais Resultados
1	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	GIL, Antônio Carlos	2008	Desenvolver ferramentas metodológicas para pesquisas sociais.	Organiza métodos eficazes para pesquisa em ciências sociais.
2	Investigação Qualitativa em Educação	BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari	2010	Explorar métodos qualitativos na educação.	Fornece orientações práticas para pesquisa educacional qualitativa.
3	Autismo: intervenções psicoeducacionais	SCHREIBER, David	2012	Investigar intervenções psicoeducacionais para crianças com TEA.	Demonstra a eficácia de intervenções no desenvolvimento social e educacional de crianças com TEA.
4	Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa	FLICK, Uwe	2009	Apresentar os fundamentos da pesquisa qualitativa.	Estrutura as bases teóricas e práticas de pesquisa

					qualitativa.
5	A formação social da mente	VYGOTSKY, Lev	1998	Investigar o papel da interação social no desenvolvimento cognitivo.	Aborda o papel da interação social no desenvolvimento da criança.
6	Qualitative Data Analysis: a methods sourcebook	MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael	2014	Fornecer técnicas de análise qualitativa de dados.	Estrutura métodos de análise qualitativa detalhados.
7	Fundamentos de Metodologia Científica	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade	2010	Apresentar métodos e fundamentos da metodologia científica.	Sistematiza métodos para aplicação em diferentes tipos de pesquisa científica.
8	Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração	VERGARA, Sylvia Constant	2006	Oferecer diretrizes práticas para a elaboração de projetos de pesquisa.	Detalha a estruturação e execução de projetos e relatórios de pesquisa.
9	Manual de Investigação em Ciências Sociais	QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van	2010	Apresentar métodos investigativos em ciências sociais.	Sistematiza métodos qualitativos e quantitativos em investigações científicas.
10	Revisão de literatura e desenvolvimento científico	MOREIRA, W.	2004	Explorar conceitos e estratégias para revisão de literatura.	Destaca a importância da revisão de literatura para o avanço científico.

Tabela 2 - Trabalhos Selecionados da Base de Dados SciELO

Nº	Título	Autores	Ano	Objetivo	Principais Resultados
1	A inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?	MANTOAN, Maria Teresa Eglér	2015	Investigar a inclusão escolar e suas práticas.	Reflete sobre os desafios e possibilidades da inclusão na escola.
2	O papel do profissional de apoio na	SANTOS, Maria Clara	2020	Analisar o papel do profissional de apoio na inclusão	Demonstra a relevância do apoio para o

	educação de alunos com autismo			escolar de alunos com autismo.	sucesso escolar de alunos autistas.
3	O desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras em crianças com TEA	PEREIRA, Laura	2019	Investigar o papel do profissional de apoio no desenvolvimento cognitivo e motor.	Demonstra a relevância do suporte no avanço educacional de crianças com TEA.
4	Educação, escola e cultura: ensaios de história e historiografia	FARIA FILHO, Luciano Mendes de	2013	Explorar as relações entre escola e cultura na história.	Discute como a escola reflete e transforma a cultura ao longo do tempo.
5	S.O.S Autismo	GAIATO, Mayra	2018	Apresentar estratégias para apoio a crianças autistas.	Destaca práticas para suporte educacional e social de crianças com TEA.
6	A atuação do profissional de apoio no processo de inclusão de alunos com TEA	COSTA, Renata de Souza	2018	Analisar o papel do profissional de apoio na inclusão de alunos com TEA.	Evidencia a importância do suporte na inclusão educacional.
7	Autistic disturbances of affective contact	KANNER, Leo	1943	Identificar características comportamentais de crianças com autismo.	Define o conceito de "autismo infantil precoce".

Tabela 3 - Fontes Normativas - Sites Oficiais do Governo Federal

Nº	Título	Autores	Ano	Objetivo	Principais Resultados
1	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	BRASIL	2017	Estabelecer diretrizes curriculares nacionais.	Harmoniza o ensino em escolas públicas e privadas no Brasil.
2	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	BRASIL	2015	Garantir direitos à pessoa com deficiência.	Promove a inclusão e igualdade em diferentes esferas sociais.
3	Diretrizes Operacionais para o Atendimento	BRASIL	2009	Orientar práticas para a educação especial.	Assegura o atendimento adequado às

	Educacional Especializado				necessidades educacionais especiais.
4	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	BRASIL	1999	Estabelecer igualdade de direitos para pessoas com deficiência.	Regulamenta políticas inclusivas para educação e acessibilidade.
5	Lei nº 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional	BRASIL	1996	Estabelecer as diretrizes gerais para a educação nacional.	Regulamenta a organização da educação básica e superior no Brasil.
6	Lei nº 12.764 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA	BRASIL	2012	Garantir os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.	Reconhece o TEA como deficiência e assegura direitos específicos.
7	Decreto nº 10.098 - Normas Gerais para Promoção da Acessibilidade	BRASIL	2000	Estabelecer normas gerais para acessibilidade.	Define critérios para inclusão e acessibilidade em espaços públicos e privados.

Os resultados da pesquisa reforçam a relevância do papel do profissional de apoio na educação infantil, especialmente no contexto da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A problemática apresentada na introdução, que questiona qual é a função do profissional de apoio na educação infantil para estudantes autistas, encontra respaldo nas legislações e nos autores estudados, evidenciando lacunas e avanços no campo.

Conforme Schreiber (2012), a função do profissional de apoio é muito mais ampla do que um simples auxílio ao professor regente. Ele atua como facilitador do desenvolvimento cognitivo, motor e social do aluno com TEA, promovendo sua autonomia e integração ao ambiente escolar. No entanto, como evidenciado nos resultados, a falta de capacitação e a ausência de recursos pedagógicos adequados são desafios recorrentes, corroborando o apontado por Costa (2018) e Mantoan (2015), que destacam a necessidade de formação continuada para esses profissionais.

As tabelas de resultados evidenciam a escassez de infraestrutura e materiais pedagógicos adaptados, como as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Essa limitação compromete a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e reflete a

falta de investimentos na educação especial, corroborando a análise de Sasaki (2005), que destaca a importância de eliminar barreiras metodológicas, programáticas e arquitetônicas para garantir uma inclusão efetiva.

Além disso, as políticas públicas apresentadas nas fontes normativas, como a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), asseguram o direito à inclusão e ao acompanhamento especializado. Contudo, os desafios relatados, como a falta de aplicação prática dessas leis, evidenciam uma desconexão entre teoria e prática, um ponto também enfatizado por Silva (2019), que alerta para a importância da divulgação e implementação efetiva dessas legislações.

A análise qualitativa dos dados também revela que a inclusão escolar transcende o simples acesso à escola. Como defendido por Vygotsky (1998), o desenvolvimento cognitivo e social da criança ocorre por meio da interação social, sendo indispensável a presença de um profissional de apoio capacitado para mediar essas interações. As dificuldades relatadas no cotidiano escolar, como a inadequação dos métodos pedagógicos e a resistência de parte da equipe escolar, refletem a urgência de uma transformação profunda na abordagem educacional, conforme apontado por Mantoan (2015).

Os dados coletados nas bases acadêmicas (Google Acadêmico e SciELO) reforçam o papel indispensável do profissional de apoio na construção de uma educação inclusiva. Estudos como os de Pereira (2019) e Santos (2020) destacam a contribuição desse profissional para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais das crianças com TEA, reiterando que sua atuação é determinante para a efetivação de um ensino adaptado às especificidades desses alunos.

Por outro lado, os resultados também indicam aspectos positivos, como o reconhecimento crescente da importância do profissional de apoio e a ampliação do debate sobre inclusão escolar. Conforme discutido por Almeida (2022), a presença desse profissional representa um avanço na busca por uma educação inclusiva e adaptada às necessidades dos alunos, mas sua atuação ainda está longe de alcançar seu pleno potencial devido às limitações estruturais e organizacionais.

Dessa forma, a análise dos resultados evidencia que a problemática inicial é sustentada por desafios concretos, mas aponta caminhos promissores para superá-

los. A formação continuada dos profissionais de apoio, o fortalecimento das políticas públicas e a mobilização de toda a equipe escolar e das famílias são fundamentais para transformar a inclusão de crianças autistas em uma realidade efetiva e justa. Esses avanços só serão alcançados por meio de uma abordagem integrada, que une a prática pedagógica à aplicação das leis e diretrizes já existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral discutir a função do profissional de apoio na educação infantil no contexto da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir da análise dos resultados, foi possível responder à problemática central: Qual é a função do profissional de apoio na educação infantil para estudantes autistas?

Os dados e as discussões indicaram que o profissional de apoio desempenha um papel essencial no desenvolvimento integral das crianças com TEA, agindo como mediador entre o aluno, o processo de ensino-aprendizagem e o ambiente escolar. Sua atuação vai além do simples acompanhamento, englobando o suporte pedagógico, social e emocional. O profissional de apoio auxilia na adaptação curricular, promove a interação social e contribui para a autonomia e o aprendizado das crianças com necessidades específicas.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa atingiu suas metas. Primeiramente, foi gerado conhecimento na área de educação inclusiva, evidenciando a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que assegurem o direito das crianças autistas à educação de qualidade.

Além disso, as reflexões fundamentadas em autores e legislações contribuíram para uma compreensão mais aprofundada sobre o papel e os desafios enfrentados pelos profissionais de apoio. Por fim, foi possível analisar a percepção e as necessidades desses profissionais, apontando a necessidade de formação continuada, infraestrutura adequada e maior articulação entre as equipes escolares e as famílias.

Apesar dos avanços em termos legislativos, como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015, ainda existem desafios significativos. A insuficiência de recursos pedagógicos, a falta de capacitação específica para os profissionais de apoio e a resistência de parte das equipes escolares foram identificadas como barreiras à efetivação da inclusão escolar. Esses aspectos reforçam a necessidade de políticas públicas mais eficazes, acompanhadas de ações práticas para superar tais entraves.

Portanto, conclui-se que a inclusão de crianças com TEA na educação infantil é um processo desafiador, mas indispensável para garantir o direito à educação e à igualdade de oportunidades. O profissional de apoio, devidamente capacitado e

amparado por uma estrutura adequada, tem o potencial de transformar a experiência escolar desses alunos, promovendo seu desenvolvimento e integração na sociedade.

Este estudo destaca a importância de ações conjuntas entre gestores, educadores e famílias, além do investimento contínuo em capacitação e infraestrutura. Somente por meio de uma abordagem integrada e inclusiva será possível construir um ambiente escolar que valorize a diversidade e ofereça a todos os alunos as condições necessárias para aprender, crescer e se desenvolver plenamente.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **A Evolução do Entendimento sobre o Autismo: Implicações para o Tratamento.** Psicologia e Neurociências, v. 22, n. 4, p. 112-124, 2015.

ALMEIDA, Amanda Ramos; OLIVEIRA, Rafaela Machado Ferreira de. **Impactos da Pandemia no Desenvolvimento da Criança com TEA:** uma Revisão Sistemática. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, p. 53-66, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** 5. ed. Porto: Porto Editora, 2010.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 17/2001. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, na modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=278-resolucao-no-4-de-2-de-outubro-de-2009&category_slug=outubro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D10098.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial da União, Brasília, 27 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 dez. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2002.

COSTA, Renata de Souza. **A atuação do profissional de apoio no processo de inclusão de alunos com TEA na educação infantil**. São Paulo: Editora Z, 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Educação, escola e cultura: ensaios de história e historiografia**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GAIATO, Mayra. **S.O.S Autismo**. 4. ed. São Paulo: nVersos, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, v. 2, p. 217-250, 1943.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, F. **Autismo: Desafios no Diagnóstico Precoce e no Tratamento**. *Cadernos de Psiquiatria Infantil*, v. 11, n. 2, p. 90-102, 2019.

MATOS, Ismael Aires. **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFTO: uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral**. 2. https://p.ifto.ed.br/profepito/d/diss-napne-não-se-você-pró-p-n-p-da-para-humano-int-ismael-ai-m-2--_compressa.p/ver. 2024

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Cortez, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative Data Analysis: a methods sourcebook**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e**

estratégias para confecção. Janus, Lorena, ano 1, n. 1, 2º sem. 2004.

OLIVEIRA, A. **O Estigma do Autismo: O Impacto da Incompreensão Social.** Cadernos de Psicologia Social, v. 10, p. 87-102, 2015.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

PEREIRA, Laura. **O desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras em crianças com TEA: o papel do profissional de apoio.** Educação Especial e Inclusiva, v. 16, n. 2, p. 110-115, 2019.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2010.

RICHARDSON, Roberto João et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Maria Clara. **O papel do profissional de apoio na educação de alunos com autismo.** 2. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

SCHREIBER, David. **Autismo: intervenções psicoeducacionais.** 2. ed. São Paulo: Memnon, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.